



Marinho e Pinto bastonário a tempo inteiro

Pedagógico, não hostil, mas disposto a lutar em defesa dos advogados e dos cidadãos, eis a postura que António Marinho e Pinto prometeu assumir ao longo do seu mandato de bastonário, no triénio 2008-2010. Esta sua forma de estar – aliada a declarações polémicas e a um espírito crítico – fez-se notar, desde logo, nas suas primeiras intervenções públicas já como líder da Ordem dos Advogados. Com um estilo muito próprio, contestou medidas políticas, recusou poupar as magistraturas, e lançou o tema da corrupção para o debate nacional. Recebeu aplausos, mas também críticas, quer no seio da classe que representa, quer por parte dos diferentes sectores da sociedade portuguesa.

Já com o colar de bastonário ao pescoço, no dia da sua tomada de posse, a 8 de Janeiro de 2008, António Marinho e Pinto fez saber que uma das suas preocupações do mandato se prenderá com a questão da “desjudicialização” da Justiça. Para o sucessor de Rogério Alves, “não se dignifica a Justiça retirando-a dos tribunais” e transferindo-a para “repartições públicas e centros privados de mediação de conflitos”. Mais ainda, numa alusão ao novo regime de apoio judiciário aprovado pelo Governo, Marinho e Pinto considerou que este novo diploma “não dignifica o patrocínio dos cidadãos que não têm recursos para contratar um advogado”, e deixou claro que, na sua opinião, “não há Justiça sem advogados”.

Não foi apenas o Executivo que mereceu críticas do novo bastonário. Também as magistraturas foram alvo de observações. Marinho e Pinto deixou mesmo o aviso de que a Ordem agirá contra os juízes que insultem ou assumam posições de prepotência face aos advogados. Os recados, esses, foram endereçados também para dentro da classe, em particular para situações que, segundo o líder da Ordem, envolvem grandes sociedades de advogados. Neste ponto, fez saber que é seu propósito exigir aos escritórios que recorram ao serviço regular diário de juristas a celebração de contratos por escrito. “É vergonhoso que haja advogados a trabalhar por vezes 15 horas por dia sem que beneficiem de qualquer compensação”, observou.

O novo bastonário Marinho e Pinto não deixou, contudo, de lançar um apelo de união para dentro da classe, ao dizer que pretende colaborar “com sinceridade com todos os órgãos da Ordem”, independentemente de os membros eleitos terem ou não pertencido a listas suas apoiantes.

Estilo próprio

A verdade é que o estilo de actuação do bastonário está longe de gerar consensos. Entre os advogados que também são deputados, não recolhe apoios para que seja introduzido um regime de incompatibilidades que impeça o exercício cumulativo das duas funções. Entre os jovens advogados representados pela ANJAP, gera contestação ao pretender afastar os estagiários das defesas oficiais. Entre os políticos, consegue a divisão

entre aplausos e apupos quando, numa entrevista à “Antena 1”, fala de corrupção e envolve nessa teia os que utilizam os cargos do Estado para se promoverem ou para beneficiarem entidades privadas.

“Existe em Portugal uma criminalidade muito importante, do mais nocivo para o Estado e para a sociedade, e que andam por aí impunemente alguns a exhibir os benefícios e os lucros dessa criminalidade e não há mecanismos de lhes tocar. Alguns até ostensivamente ocupam cargos relevantes no Estado Português”, afirmou, dando origem à abertura de um inquérito por parte do Ministério Público.

Eleito advogado dos advogados portugueses, mas também, tal como defende, também “a voz institucional dos cidadãos enquanto

sujeitos e destinatários da Justiça”, Marinho e Pinto não se intimidou com a solenidade da abertura do ano judicial e voltou às declarações polémicas ao reafirmar que “há pessoas que acumularam grandes patrimónios pessoais no exercício de funções públicas ou em simultâneo com actividades privadas, sem que nunca se soubesse a verdadeira origem do enriquecimento”.

Num discurso em que não poupou os diferentes actores da Justiça, sector que considera estar a viver “a maior crise de sempre”, Marinho e Pinto foi particularmente crítico para com a classe política, ao sustentar, nomeadamente, que a Assembleia da República se degrada “com a insuportável teatralização dos seus debates públicos, enquanto nos seus gabinetes e corredores circulam interesses de duvidosa legitimidade, envoltos em opacidade e mistério”.

“Muitas pessoas que actuam em nome do Estado e cuja principal função seria acautelar os interesses públicos acabam mais tarde por trabalhar para as empresas ou grupos que beneficiaram com esses negócios”, evidenciou ainda. Na sua opinião, é a factores como estes que se deve o “sentimento generalizado” na sociedade portuguesa de que “a corrupção e o tráfico de influências se entranharam nas estruturas do Estado”.

Promessas para o futuro

Ao longo da campanha em que dirimiu argumentos com os seus oponentes – Magalhães e Silva, Menezes Leitão e Garcia Pereira, Marinho e Pinto deixou ainda claro que um dos seus objectivos passa por travar o que considera como processo de massificação da advocacia, razão pela qual pretende apostar em regras mais apertadas de acesso à profissão.

Entre outras promessas que fez ao longo da campanha eleitoral, contam-se a da alteração do actual regime das férias judiciais, defendendo que estas instituições funcionem todo o ano. Assim como a exigência do pagamento, com toda a celeridade, dos milhões que o Estado deve aos advogados em defesas oficiais.

“Um Estado que paga tão generosamente honorários, por vezes por serviços de duvi-



Anuário das Sociedades de Advogados

dosa necessidade, não tem legitimidade para se atrasar, um dia que seja, no pagamento das defesas oficiosas aos colegas que, por todo o País asseguram essa dimensão fundamental do Estado de Direito que é o acesso de todos os cidadãos à Justiça”, sublinhou Marinho e Pinto por diversas vezes.

Mas António Marinho e Pinto estabeleceu mesmo duas linhas mestras para o seu bastonato. Desde logo, o combate por parte da Ordem e por parte dos advogados à desjudicialização da Justiça, em contraponto à política do Governo, que tem apostado no recurso aos meios alternativos para a resolução de litígios.

Depois, contrariar aquilo que designa por massificação da advocacia. “Quando me formei, havia três faculdades de Direito neste País. Hoje, há 29 ou 30 cursos de Direito. Quando me formei, éramos cinco mil advogados em todo o País. Hoje somos 30 mil. Não há credibilidade numa profissão que se massifica assim. Para que a advocacia tenha credibilidade, para que tenha eficácia no cumprimento das exigências constitucionais, tem de haver um número de advogados em exercício de funções adequado às necessidades sociais”.

Marinho e Pinto, que há três anos se havia candidatado nas eleições contra o bastonário Rogério

Alves, pertenceu anteriormente à equipa da Ordem liderada por José Miguel Júdice, tendo sido afastado por este das suas funções na presidência da Comissão dos Direitos Humanos pelas críticas duras que dirigiu à magistratura portuguesa.

Professor, jornalista e advogado há 30 anos, durante a última campanha eleitoral Marinho Pinto lançou uma frase que, na prática, o define nas vertentes pessoal e profissional: “Quando, há décadas, decidi ser advogado, estava cheio de ideais e cheio de ilusões sobre esta profissão. Hoje, perdi todas as ilusões, mas não perdi nenhum dos ideais”. ■

NOVAS EQUIPAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

BASTONÁRIO

António Marinho e Pinto

VICE-PRESIDENTES

Jerónimo Martins
João Ferreira Moura

VOGAIS

A. Pires de Almeida
Ana Costa de Almeida
Andreia Caetano
António Moreira
Eldad Monteiro Neto
Elina Fraga
Fátima Bento
Filomena Vilas Raposo
João Loff Barreto
Joaquim Aleixo
Lizângela Almeida
Manuel Henriques
Marcelino Pires
Márcia Gonçalves
Miguel Salgueiro Meira
Padrão Branco
Rosa Maria Dias
Simplicio Mendonça

CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

José António Barreiros

VICE-PRESIDENTES

António A. Salazar
Isabel Duarte
João Rodrigues

VOGAIS

Almeida Correia
Álvaro Correia Pina
Amadeu J. Morais
António D’Orey da Cunha
Armanda Godinho Silva
Fernando Moura
F. Mendes Silva
Horácio Costa Azevedo
José Armando Carvalho
Luís Teixeira e Melo
Maria de Lurdes Bessa Monteiro
Margarida Alves Vacas
Miguel Pedrosa Machado
Nicolina Cabrita
Paulo Saragoça da Matta
Pedro Alinho
Teresa Barreto Xavier
Teresa Coutinho

CONSELHOS DISTRITAIS

PRESIDENTES DOS CONSELHOS DISTRITAIS

Porto

Guilherme Figueiredo

Coimbra

Daniel Andrade

Lisboa

Carlos Pinto de Abreu

Évora

Carlos d’Almeida

Faro

António Cabrita

Açores

Eduardo Vieira

Madeira

Fernando Campos